



Boletim do Professor

Eleição em Outubro

A Direção do Sindicato dos Professores de Santos e Região vem se dedicando incansavelmente à organização da eleição de renovação da Diretoria. Queremos garantir, da melhor maneira possível, a ampla participação dos professores num processo que será mais um passo em direção às mudanças necessárias em nossa entidade.

Transparência, participação e democracia sempre em respeito ao Estatuto da entidade estão na direção da organização do pleito.

Em breve os professores poderão saber sobre o roteiro das urnas e de como participar democraticamente do processo.

No entanto, devemos informar, mais uma vez, que os professores que se filiaram ao Sindicato seis meses antes da eleição, ou seja, a partir de 06(seis) de abril de 2013 não poderão participar da eleição conforme determinação do Estatuto Social:

- *Art. 17 – São condições para que o associado tenha direito ao exercício do voto:*
- *I – estar inscrito no quadro social do Sindicato há mais de 06 (seis) meses;*
- *II - estar em gozo de seus direitos estatutários;*
- *III - estar quite, até 31 de agosto do ano em que se realizar a eleição, com as contribuições estatutárias.*

É claro que os companheiros, no entanto, poderão contribuir com a Eleição, fiscalizando, discutindo com os colegas as propostas da Chapa concorrente e participando de todas as maneiras no processo de mudança na direção do Sindicato dos Professores de Santos.

Nossa expectativa em torno da Eleição, que será realizada nos dias **7, 8 e 9 de outubro** é de que seja um grande evento democrático e de união dos professores de Santos e Região em torno de sua entidade de classe, para que a nossa força seja colocada diante dos enormes desafios que teremos pela frente.

Vote professor, participe desta mobilização.

A Direção

Quem mantém o sindicato?

O sindicato pertence a todos os trabalhadores por ele representados. Ele é o eixo de organização política de uma categoria, negocia - por mandato - em seu nome, exerce fiscalização no cumprimento dos direitos e atua na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Por vezes, não nos damos conta de que a maior parte dos direitos devem-se à ação sindical, pela qual a categoria se organiza.

Bolsa de estudo integral, plano de saúde no ensino superior, cesta básica e participação nos lucros na educação básica, recesso de 30 dias para os professores. Nada disso é concedido por liberalidade dos patrões. São, isso sim, garantias das Convenções Coletivas definidas pelas negociações da data base, nas Campanhas Salariais (ao contrário do que o nome sugere, elas não tratam apenas dos salários!).

A luta sindical busca ampliar os direitos ao mesmo tempo em que funciona como um freio à sua flexibilização. Por isso, beneficia todos os trabalhadores, inclusive aqueles que não são associados ao sindicato.

Não é tarefa fácil. Exige vontade política (da direção sindical e dos trabalhadores), organização de classe e condições financeiras.

Nenhum sindicato sobrevive sem dinheiro. Mas é a categoria que decide como, quando e quanto pagará. Como todo resto da ação sindical, essa decisão também tem que ser coletiva, tomada sempre em assembleia. Tão necessário como poder contar com o sindicato é decidir como ele deve ser mantido financeiramente e como os recursos devem ser empregados.

Assim os trabalhadores adquirem a consciência de que o sindicato pertence à categoria e por isso, depende dela também.

Fonte: Fepesp



*A Revista Fórum está disponibilizando o exemplar "Edição Especial #BR JUNHO, 2013".
Exclusivo: Internacionalização do Ensino Superior.*

Para o professor (a) interessado (a) em receber a revista, entre em contato através do e-mail (imprensa@sinprosantos.org.br) ou pelo telefone 3234-1071 / 3234-9892, informando o endereço a ser entregue.

Terceirização

Trabalhadores x Empresários

Representantes dos trabalhadores bombardearam em 18/09 o PL 4330/2004, durante debate no plenário na Câmara dos Deputados. O projeto propõe um novo modelo de contratação que, na prática, equivale a uma reforma trabalhista.

O debate reuniu deputados, dirigentes sindicais, trabalhadores e também juízes do trabalho numa Comissão Geral. O texto estava, até 03/09, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e existe pressão patronal para que seja logo aprovado.

Entre as várias manifestações, os sindicalistas deixaram claro que o projeto, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) regulariza a interposição fraudulenta de mão de obra e permite que todos os setores econômicos utilizem terceirizados.

Os participantes também citaram estudo do Dieese que mostra a realidade enfrentada pelos trabalhadores terceirizados. Além deles terem remuneração 27% inferior à dos trabalhadores permanentes, sofrem com alta índice de rotatividade: 45%, contra 22% dos contratados diretamente, entre outros aspectos.

‘Insegurança’

Do lado dos empresários, vem o discurso de defesa da competitividade das empresas e produtos brasileiros frente aos outros países. “A insegurança jurídica está incomodando os empreendedores, incomodando até investidores que querem investir em nosso País”...

Os defensores da proposta insistem na ideia de garantir os direitos de quem já trabalha como terceirizado – na verdade, o que fazem algumas empresas está à margem da lei e, agora, elas querem liberdade total para as contratações. A legislação para regular o tema, sabem os sindicatos, já existe e está explícita nos Artigos 2 e 3 da CLT.

Para Henrique Alves (PMDB-RN), presidente da Câmara, a terceirização já é “fato no Brasil”. Ele disse que a Comissão Geral seria o último momento de discussão da matéria e previu sua votação “em breve”. Outros dois deputados do PMDB, peças-chave na tramitação do PL 4330, também são favoráveis à proposta: Mabel, o autor, e Artur Maia, o relator, que deu parecer favorável na CCJ.

A decisão sobre o PL 4330 cabe aos deputados. Por enquanto, somente as bancadas do PT e PCdoB tem posição formada e declarada contrária à proposta.

[Leia aqui](#) os discursos feitos durante o debate.

Sesi e Senai: Chegou o Boletim Sindical 4

O Sinpro Santos está distribuindo o Boletim Sindical 4 aos professores de ensino do Sesi e Senai.

Na capa dessa edição, a mudança de regra com a nova deliberação do Conselho Estadual de educação, que repercutirá nas famigeradas FIAPs (Ficha Individual de Avaliação Periódica).

O boletim também destaca os resultados da Comissão de Acompanhamento de 27/06 e a ameaça da proposta de terceirização do trabalho que tramita no Congresso Nacional.

O Sindical é distribuído gratuitamente e, em breve, estará disponível no site da Fepesp. Caso queira sugerir temas para o boletim, procure o sindicato.

Para consultar o Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2014, [clique aqui](#).

Fonte: FEPESP



NOVIDADES



SINDICALIZE-SE

A união é importante para manter este sindicato forte. E assim, podemos continuar a lutar pelos direitos da categoria. Professor, não deixe de se sindicalizar. O SINPRO Santos está aqui para apoiá-los. **Entre em nosso site e [sindicalize-se!](#)**

DENÚNCIA

Professor, não deixe passar nenhuma irregularidade na instituição em que você ensina. Entre em contato com o SINPRO Santos e denuncie pelo [site](#) ou telefone: 3234-1071

SINPRO SANTOS NAS REDES SOCIAIS

Para criar uma maior aproximação com você, professor, criamos uma página no [Facebook](#) e uma conta no Twitter. Estes novos meios serão mais uma ferramenta para deixá-los atualizados e manter contato com a categoria. Não deixe de acessar. [Facebook](#) e [Twitter](#)

NOVIDADES

Plano Professor

Planos de Saúde Unimed Paulistana

Planos com até

40%

de Desconto*

SIMEAM

SINPRO
SANTOS

Unimed
Paulistana

Cursos de Tecnologias Digitais para Educadores

Até 35% de desconto para associados do SinPro-Santos!

(11) 2937-5111 www.easas.blog.br
(13) 3301-2442 www.easas.com.br

Mural de recados no site do Sinpro Santos

Este espaço é destinado aos professores da Rede Privada para que sejam registradas denúncias de irregularidades e desrespeito aos direitos e às condições de trabalho dos professores.